

Fórum de Discussão Temática: “Mudança Tecnológica, Dados Abertos e Inclusão Digital”

*Cocriação e desenvolvimento do II Plano de
Ação Nacional de Administração Aberta*

Documento da transcrição

DATA: 02 dezembro de 2020

HORA: 14h30-15h30



Índice

Notas Importantes	3
Fórum de Discussão Temática: "Mudança Tecnológica, Dados Abertos e Inclusão Digital"	4



Notas Importantes

1. É utilizada a menção [inaudível] quando é impossível perceber o que é dito devido a interferências/falhas do áudio.
2. É utilizada a menção [imperceptível] quando é impossível perceber o que é dito devido ao discurso do orador (sotaque, forma de falar, interrupção, etc.).
3. Aquando da marcação da inaudibilidade e imperceptibilidade é indicado o tempo a que tal corresponde.



Fórum de Discussão Temática: "Mudança Tecnológica, Dados Abertos e Inclusão Digital"

[De 00:00:00 a 01:04:43]

Daniel Santos: Creio eu. Muito bem. *Open Government Partnership*. O que é que é *Open Government Partnership*? Muito sumariamente, ela foi fundada em dois mil e onze por governos de oito países, o Brasil, Indonésia, México, Noruega, Filipinas, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos, é interessante perceber que apenas dois países dos ditos desenvolvidos estavam aqui nesta iniciativa no início. Entretanto já está alargada a mais de oitenta países que, e também cidades, já agora. O objetivo é criar uma parceria única para promover uma administração que seja mais acessível, responsável, reativa e inclusiva para os cidadãos. E, no fundo, melhorar a relação entre o Estado e cidadão ancorados em planos práticos de ação. Está assente em quatro princípios, todos os Estados assinam esta Declaração de Administração Aberta para poderem entrar. E estes quatro princípios são promover a transparência, dar mais poder aos cidadãos, combater a corrupção e utilizar as novas tecnologias de informação e comunicação para potenciar precisamente esta relação entre o Estado e o cidadão. A OGP Portugal existe desde dois mil e dezassete e é coordenado precisamente pela AMA. E promove a abertura, naturalmente, entre a Administração Pública ao cidadão e à Sociedade Civil, através da concretização de Planos de Ação. Portanto, o objetivo da OGP é passar das narrativas aos atos, executando planos de ação. E é um Fórum multilateral e colaborativo. Apesar da AMA ser a entidade que o gere, e coordena os trabalhos, o Fórum e o trabalho realizado pela OGP em Portugal acontece de forma multilateral. E um dos objetivos é, lá está, como já tinha dito, desenvolver e implementar Planos de Ação Nacional de Administração Aberta e neste processo de desenvolvimento ele divide-se em duas fases, uma fase de cocriação envolvendo os cidadãos e organizações da Sociedade Civil e processos de participação e consulta pública e depois uma fase de implementação onde o plano de ação definido vai ser implementado por entidades de Administração Pública e parceiros implementadores. Há inúmeros relatórios de progresso, nós acabamos de publicar um, já vos vou dar nota, e para permitir a publicação de informação no portal da OGP Portugal é para permitir, precisamente, este acompanhamento e monitorização da implementação das medidas. A Rede Nacional de Administração Aberta, da qual a AMA também faz parte, e eu estou aqui como representante da Rede e como anfitrião, tem precisamente o objetivo de ancorar a participação nacional na OGP desenvolvendo, coordenando e



executando os Planos de Ação Nacional. É composta por dez membros, representantes da Administração Pública e da Sociedade Civil, cinco de cada, e utiliza canais de participação presencial e online, obviamente, depois de março, esses canais tornaram-se muito mais online, do que presenciais. Só uma panorâmica, vocês poderão ver todas essas informações no portal OGP, mas só uma panorâmica sobre os membros da OGP, da Rede, aliás, em Portugal. Só também um pequeno breve sobre o Primeiro Plano de Ação que terminou em agosto deste ano, foi desenvolvido desde dezembro de dois mil e dezoito até agosto de dois mil e vinte. E com as cento e oito compromissos, com estas taxas de conclusão finais e uma taxa de conclusão de desempenho geral de sessenta e sete por cento, o que a nível global é um bocadinho acima da média do que se consegue normalmente nos primeiros planos de ação que por norma só um terço das medidas são executadas na sua totalidade. Publicamos agora também depois de um processo musculado de consulta pública um Relatório de Autoavaliação sobre este Primeiro Plano de Ação. Este Processo de Consulta Pública teve aberto durante três semanas, teve quarenta e duas contribuições de cidadãos, todas elas foram consideradas relevantes e todas elas foram respondidas individualmente, todos os comentários feitos pelos cidadãos tiveram direito a resposta e realizou-se, também, um *webinar* para sensibilização destas questões da Consulta Pública e da importância da Participação Cívica nos Processos de Administração Aberta. E esse *webinar* foi organizado a vinte e dois de outubro em colaboração com a PASC, que é a Plataforma das Associações para a Sociedade Civil, também o *nickname* a Casa da Cidadania, e identificaram-se cinco desafios. Há um relatório, não me vou alongar muito, mas há um relatório que está, uma notícia, uma breve notícia que está publicada também no Portal, se quiserem, que para cada um destes desafios, foram identificados problemas que os causam e oportunidades a explorar que poderão ser aproveitadas neste Segundo Plano de Ação. A Consulta e o Processo de Participação Cívica prevê-se que seja feito desta forma. Ou seja, é dada a Plataforma para que os cidadãos se manifestem e identifiquem os problemas e as áreas que consideram mais relevantes e depois o Governo, a Administração Pública, a Rede, neste caso, irá trabalhar no sentido de criar compromissos que sejam integrados num plano de ação futuro. A Análise da Proposta à Abordagem ao Segundo Plano, nós enviamos aos membros da Rede, o inquérito dizendo no ano passado, no Primeiro Plano, identificamos quatro áreas de ação. Quais dessas quatro áreas de ação deverão ser continuadas no Segundo Plano de Ação e se existem outras áreas de ação que deveriam ser incluídas. Os dez membros da Rede responderam e validaram as quatro áreas de



ação, que eram estas primeiras quatro, e acrescentaram mais algumas. Portanto, nós vamos, os Fóruns, o Programa de Fóruns que são organizados hoje, um dia dois, outro dia nove, outro dia onze, vão andar à volta destes sete temas que foram identificados e outros que poderão surgir de acordo com os vossos contributos. Aproveito, também, para dizer que está a decorrer um inquérito público no site para identificar as áreas temáticas e as áreas com potencial. Portanto, temos este canal mais verbal, mais síncrono, direto, mais aberto, e temos também para quem quiser propor ideias mais estruturadas, um inquérito público que está a decorrer, vocês poderão ir ao site, ao menu participe e encontrar lá mais informações. Sem mais demoras, passo então a apresentação dos dois oradores que vão estar a lançar estas *lightning talk*, estas breves apresentações. O meu colega, Sérgio Belo, que é chefe de equipa de experiência digital, e que nos vai trazer uma breve apresentação sobre a inclusão digital. O Sérgio é licenciado em Comunicação, mas está na AMA já há alguns anos, apesar de ter tido uma experiência de interregno na diáspora, e trabalhou sempre em áreas ligadas à transformação digital e tecnologias de informação. Atualmente desempenha funções ligadas à experiência digital, uma equipa muito recente e muito acarinhada por nós, colegas da AMA, e trabalha questões de acessibilidade, usabilidade e inclusão digital, em todos os sítios *web* e *apps* e aplicações da Administração Pública. E de seguida, o João Curado Silva, também meu colega na AMA, é especialista em *Data Science*, é mestre em Estatística e Licenciado em Matemática Aplicada e Probabilidade Estatística e trabalhou mais de uma década na Banca, depois juntou-se ao lado luminoso da luta e está na Administração Pública, desde dois mil e dezoito, onde é responsável pela componente da *Data Science*, em inúmeros projetos da Administração Pública relacionados com ética de dados, *Data Driven*, Data trezentos e sessenta, Dados Abertos, Inteligência Artificial e projetos como *Smart Cities*. Todos estes jargões técnicos, provavelmente, o João vai poder concretizar muito melhor que eu. Gostaria apenas de fazer um apelo para que todos os que se inscreveram neste Fórum, se quiserem estar envolvidos em futuras iniciativas, por favor façam-no através do site, há lá uma parte que diz registar, registem-se na nossa *mailing list* de distribuição, porque é de facto essencial para a Administração Aberta nós termos uma base de cidadãos e de organizações da sociedade civil que sejam consideráveis. Sem mais demoras, eu vou passar então a palavra ao Sérgio, antes disso vou só trocar aqui os dispositivos. Aqui só... peço desculpa pela demora. Mas estar aqui a sair de um dispositivo para outro não está a ser, claro que quando nós treinamos isto antes da apresentação corre sempre tudo bem e vai sempre tudo à primeira,



não é? Depois quando chega a apresentação acontecem sempre estes imponderáveis. Peço-vos um bocadinho só de paciência que eu vou só tentar iniciar outra vez. Agora sim. Estão a ver a apresentação?

Sérgio Belo: Estamos a ver, sim, sim.

Daniel Santos: Está bem. Sérgio eu sou o teu assistente técnico.

Sérgio Belo: OK. Vamos de uma forma muito fácil que é quando disser por favor Daniel muda o slide, tu mudas o slide, está bem? Antes de mais, muito obrigado pelo convite e boa tarde a todos os que estão a participar neste fórum, o objetivo de hoje ou aquilo que eu me proponho falar é um pouco sobre inclusão digital sem deixar de parte aquilo que é o *core* da minha equipa. Podes passar para o seguinte, já agora? Vamos ver o índice, muito rapidamente, queria abordar cinco temas, portanto, terei cerca de um minuto para cada um, não é? O que é a equipa de experiência digital, onde é que a estratégia do Estado e da Administração Pública toca na inclusão. Afinal o que é que é a inclusão, quais são os desafios que estão presentes e depois podemos falar a seguir sobre isso. Será que a acessibilidade e a usabilidade é igual a inclusão digital? Veremos no fim quais é que são as diferentes opiniões. E aquilo que é o ecossistema que permite chegar a sites e a apps mais inclusivas. Podes avançar, Daniel? Portanto, a equipa da AMA, a equipa de experiência digital foi criada em dois mil e dezanove na AMA e ela surge na sequência do decreto de lei oitenta e três de dois mil e dezoito, transpôs uma diretiva europeia, a diretiva de acessibilidade dos sítios *web* e de aplicações móveis, dos organismos do setor público, e o que é que essa equipa se propõe? Melhorar a acessibilidade e a usabilidade dos sítios *web* e das *apps* móveis, das aplicações móveis, resolver a falta de foco nas necessidades dos utilizadores, contribuir para uma melhoria global da experiência de utilização das plataformas digitais e dos serviços públicos, das plataformas digitais e dos serviços públicos e, também, e não menos importante, gerar conhecimento, capacitar e consciencializar. E aqui o capacitar e o gerar conhecimento não é só para dentro da Administração Pública, é também para facilitar, para incluir, para garantir que os utilizadores, que são o nosso cliente, conseguem usar aquilo que são os nossos serviços de uma forma mais fácil. Podes passar ao seguinte, Daniel? Ora bem, então e a estratégia define isso mesmo, a estratégia do Governo definiu que quer construir neste Programa no atual Vigésimo Primeiro Governo Constitucional de criar instituições inclusivas, e o inclusivo é o garantir a acessibilidade aos serviços, mas também a sua usabilidade, não é só ter o acesso, é ter o acesso e usar de forma simples.



Mas também inovadoras, abertas à mudança e capazes de ajustar em permanência respostas às necessidades e este foco é importante das pessoas e da sociedade. Na perspetiva do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública na sua carta de princípios tem presente uma medida que é promover a integração e a inclusão no atendimento, isto faz parte de um dos quatro eixos, que é o reforçar a proximidade e esse objetivo estratégico tem uma forma de operacionalizar que é tornar mais inclusivo os espaços físicos e virtuais de atendimento. No fundo, isto é o que a minha equipa vai depois fazer. Podes avançar? Esta medida está aqui na Carta Estratégica do MMEAP, garante, inclusive, um objetivo ambicioso que é até dois mil e vinte e três noventa e três por cento dos serviços digitais terem o selo de usabilidade e acessibilidade. E isso acarreta um desafio. E o desafio é primeiro perceber o que é que é isto de inclusão digital e há aqui uma série de conceitos, o mais consensual é que é um processo de democratização de acesso às tecnologias de informação de modo a permitir a inserção de todos na sociedade de informação. Ou seja, garantir que as TIC são acessíveis para todos. E o desafio é precisamente esse, é que Portugal é um dos países com o maior número de serviços públicos digitais, mas depois nem sempre isso está, encontra o seu reflexo direto na utilização dos mesmos, e importa perceber porquê. Será que é pelo nível de literacia? Será que é porque não são acessíveis? Será porque há alguma explosão de algumas franjas da população? O desafio é perceber o quê e apontar no sítio certo, e promover para que os serviços sejam mais fáceis, mais simples, mais intuitivos, mais rápidos e com isso estarem ao alcance de todos. Podes avançar, Daniel, por favor? Um exemplo de inclusão digital e é dito e antes de entrar aqui na componente da acessibilidade é precisamente uma frase do criador da internet, Tim Berners-Lee que diz que o poder da Web está na sua universalidade, portanto, o que nós queremos é concretizar essa visão. Vou dar um exemplo de uma biblioteca municipal *online* pode perfeitamente ser usada por um cidadão cego, mas para isso é preciso que ele saiba que ela existe, consiga navegar, ter acesso aos conteúdos tal e qual um cidadão que se dirige ou que consulta essa mesma biblioteca. Antigamente isso não acontecia. Com o que nós estamos a trabalhar, com as ferramentas que nós temos atualmente e com a evolução das tecnologias torna-se cada vez mais fácil, é preciso é haver essa noção e esse foco na necessidade. E aqui faço um ponto para dizer, "então, mas afinal estamos a falar de inclusão digital, isso é o quê? É a acessibilidade Web mais usabilidade? Tem outros conceitos? Há alguma coisa que venha atrás?". Vou tentar esclarecer muito rapidamente o que é que o que é que é acessibilidade de Web. No fundo a acessibilidade Web o



que pretende é garantir que todos os cidadãos têm acesso a um serviço, ou seja, independentemente das suas necessidades serem específicas ou não, é garantir que há um acesso a esse serviço digital baseado em quatro princípios, que é perceptível, que é operável, que é compreensível e que é robusto. Estes quatro princípios não foram inventados por nós, eles derivam das Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdos Web do W3C, do WCAG que, no fundo, cruzam com a Norma Europeia, portanto, eles estão devidamente harmonizados. E esses conteúdos fazem com que quê? O que é que é ser operável? No fundo é garantir que conseguimos assegurar a forma como o utilizador interage com a informação e navega pelo conteúdo, ou seja, que o *interface* não exija algo que seja impossível ou difícil. O que é que é ser compreensível? É garantir que o conteúdo é apresentado numa forma estruturada, previsível, ou que é lógico e é fácil a sua compreensão. O que é que é o perceptível? É basicamente garantir que acede à informação da forma mais conveniente. E robusto? Este robusto significa que pode ser usado em todos os dispositivos, ou num vasto leque de dispositivos, e com uma interação com o maior número de tecnologias de apoio possíveis. Lá está, o cidadão cego poder aceder ao conteúdo da biblioteca utilizando um leitor de ecrã, é um exemplo. Podemos avançar para o próximo slide. E o que é que a usabilidade traz? A usabilidade o que traz em cima disso é garantir que, não só o serviço está acessível, como ele é usável. Ou seja, que a experiência de o utilizador sai reforçada, é uma boa experiência, é mais simples, é mais fácil. Portanto é uma camada complementar, mas que vem no topo do acesso. Temos que ter acesso e depois temos que garantir que esse acesso cumpre os requisitos de usabilidade, que é um conjunto de boas práticas que, no fundo, avalia através de *feedback* dos utilizadores o que é que aquele produto lhes acrescenta. As heurísticas, uma vez mais também, são as heurísticas de Jakob Nielsen, já terão certamente ouvido falar nelas, e, como eu referi na minha apresentação, baseiam-se em aprendizagem, eficiência, reminiscência, erros e satisfação. São estas as medidas que vão ser analisadas e, no fundo, são depois avaliadas com base em dez heurísticas desenvolvidas por Rolf Molich e Jakob Nielsen em mil novecentos noventa e nove, com o objetivo de identificar e avaliar se as plataformas digitais, no nosso caso serviços públicos, estão ou não ao nível que o utilizador pretende em termos de performance e de satisfação do próprio utilizador que é o cidadão ou o empresário. Portanto, no fundo, três eixos: eficácia, eficiência e satisfação. Isto coincide também com uma Norma ISO, esta Norma 9241/111. Pronto, na prática o que eu tentei aqui explicar é que apesar de estar aqui um, dois, três, nós temos camadas que se sobrepõem e que, muitas vezes, se



tocam. E o que é que nós temos atualmente em termos de ecossistemas de experiência digital em Portugal? Temos o Decreto-lei 83/2018 que obriga a uma declaração de acessibilidade e usabilidade em sítios Web e aplicações móveis. Essa declaração é obrigatória e depende do dono do *site*, do dono da *app*. O dono da *app* declara, no fundo, se a sua *app* é não conforme, parcialmente conforme ou plenamente conforme, e, no caso de ser não conforme ou parcialmente, qual é que é a estratégia, qual é que é o passo de modo a melhorar esse sítio Web ou essa aplicação para que seja cada vez mais acessível e que contribua para a inclusão digital. O passo da usabilidade é uma lógica de excelência, ou seja, em cima da obrigatoriedade legal podemos também distinguir as melhores práticas com o selo bronze, prata, ouro. Aqui a grande novidade é que o selo ouro obriga a testes com utilizadores com necessidades especiais, portanto cidadãos com deficiência visual, cognitiva, motora, etcetera, os grupos estão bem definidos. E com isso estamos a contribuir também para incluir, e não é só inclusão digital, é também inclusão social, para não deixar de fora números como dezoito por cento da população portuguesa, de acordo com os censos de dois mil e onze do INE. Ora bem, se somarmos esses fatores com a literacia digital, com o investimento da população e com a exclusão social e a desertificação do interior temos aqui vários fatores que contribuem, ou não, depende de como eles forem trabalhados, para uma maior inclusão. E finalmente, o fator de inclusão digital terá a ver também com a clareza dos conteúdos, a facilidade dos mesmos, estar ou não estar ao alcance de quem os usa compreender o que está a ser proposto ou exposto. E é no conjunto destes três paradigmas, digamos assim, destes três elementos que aqui vemos que conseguimos melhorar a experiência de utilizador, a experiência digital do utilizador, e garantir que, não só estamos a torná-los acessíveis como usáveis, mas que não estamos a deixar ninguém de fora.

Daniel Santos: Muito bem. Muito obrigado, Sérgio. Deixo também o desafio aos participantes, se quiserem ver o exemplo da Declaração de Acessibilidade, no próprio portal da OGP, no rodapé tem lá um acesso. Ficam aqui também os contactos do Sérgio, caso o queiram contactar. De seguida partimos já então para a apresentação do João Curado Silva sobre dados abertos. João...?

João Curado Silva: Olá, muito boa tarde. Estão-me a ouvir bem, confirmas Daniel?

Daniel Santos: Sim, sim.

João Curado Silva: Ok. Começar por vos agradecer a vossa presença neste Fórum e interesse pelos temas que vão ser debatidos aqui hoje. Eu queria dar destaque obviamente ao tema dos Dados Abertos



e, além de partilhar convosco nestes próximos minutos alguns aspetos relacionados com dados abertos e com o portal Dados Abertos da Administração Pública Portuguesa, também queria partilhar convosco um pouco da nossa estratégia e visão para os próximos doze meses relacionada com Dados Abertos e obviamente orientada para o portal Dados Abertos. Nesse sentido, eu convido-vos desde já a integrar um pouco esta discussão, até porque é nossa intenção nos próximos doze meses falarmos com todos vocês no âmbito destes temas porque obviamente que a participação de todos e a vossa visão é muito importante para nós darmos seguimento a esta estratégia, e vocês vão perceber porquê nos próximos minutos. Desta forma espero que vocês gostem da apresentação e qualquer dúvida estarei obviamente à disposição para vos esclarecer a seguir. Começando aqui pelo enquadramento, o conceito Dados Abertos, são dados a que qualquer cidadão pode aceder, usar, modificar e partilhar para qualquer propósito e sem qualquer restrição, ou seja, os dados podem ser disponibilizados no seu estado mais puro e serem endereçados convites à comunidade de reutilização dos mesmos para fazer qualquer utilização que queira sobre os mesmos...

Daniel Santos: Agora perdemos o João, eu deixei de o ouvir. Estão a ouvi-lo?

Sérgio Belo: Não Daniel, também não estou a ouvir.

Daniel Santos: Acho que perdemos o João. Pronto, seria o equivalente a ficarmos sem luz se a apresentação fosse presencial. Peço a vossa paciência para algum problema técnico com o João. Vamos só aguardar mais algo pois ele ficou sem som, perdemos o João. Vamos aguardar mais um minuto. De facto, foi logo no início da reunião, do Fórum que está em formato de reunião. João...? De facto, podemos aguardar mais um minuto, se as dificuldades técnicas persistirem nós depois vamos disponibilizar ambas as apresentações no portal juntamente com o vídeo deste Fórum e, se calhar, agora tem que ser um momento de improviso e solicito então que, face àquilo que o Sérgio apresentou e ao início do que o João apresentou, se algum de vocês quiser tomar a palavra para partilhar alguma consideração, já vi algumas caras conhecidas e intervenientes no *chat*, temos o Jorge Gomes. Olá Jorge podes abrir o teu microfone por favor?

Jorge Gomes: Olá, boa tarde. É um prazer estar aqui...

Daniel Santos: Boa tarde Jorge.

Jorge Gomes: Convosco. Eu, sobre esta apresentação tinha aqui duas questões, uma tem a ver com este tema que é, qual é a percentagem de uso dos serviços *online*? Esses dados estão públicos, são



atualizados regularmente, e até que ponto é que as associações da sociedade civil não podem ter um papel na promoção desses serviços que estão a ser menos utilizados? Obviamente que sem os dados de utilização públicos não podemos ter essa perceção para ter campanhas até de nome próprio para o incentivar ao uso de certos serviços. E depois, uma questão que penso que é transversal que tem a ver muito com o *look and feel user experience* de todas as propriedades digitais da administração pública. Porque realmente temos *sites* que estão desenvolvidos de uma maneira fantástica e que têm todos os componentes, e depois temos serviços que são de importância extrema para a sociedade, para os cidadãos, como a Justiça, que parece que ficaram presos em mil novecentos e oitenta. Portanto, temos aqui uma grande diferença em termos daquilo que é a imagem da Administração Pública em termos digitais. Gostava de ouvir que planos é que têm para estas duas questões.

Daniel Santos: Muito bem Jorge, é uma excelente pergunta do Fórum, mas só colocar aqui uma tónica do Fórum, de colocarmos as questões não tanto só aos colegas que estão aqui para ativar a discussão por isso as trouxeram, mas são perguntas excelentes, mas, se calhar, formular as perguntas como uma ideia. Ou seja, como é que nós poderíamos reformular a pergunta que tu tens como uma proposta a trabalhar? Tornar-se claro, como podemos nós tornar mais claro o uso de serviços públicos a nível de quantidade de utilizadores e taxa de, vamos chamar assim, de penetração. Seria esse tipo de formulação num Fórum. Isto para quê? Para nós também, estamos agora a começar um Fórum e não queremos que se torne um *Webinar*, ou seja, com uma apresentação e depois Q&I, queremos mesmo ter uma plataforma aberta, de contributos construtivos. Claro que o Sérgio provavelmente saberá responder a esta pergunta e saberá partilhar alguns dados, mas queria desafiar o Fórum para que tivéssemos esta tónica de lançar desafios e não tanto perguntas aos oradores. Pode ser Jorge?

Jorge Gomes: Claro que sim.

Daniel Santos: Sim? Faz sentido?

Jorge Gomes: Faz todo o sentido, sim. Aliás, eu não queria avançar para as soluções porque eu quando avanço para as soluções os *developers* ficam logo todos chateados comigo.

Daniel Santos: Não, claramente, claramente.

Jorge Gomes: Mas assim, reformulando então, eu penso que o que é importante é termos uma consciência de algum lugar onde possamos dizer, ok, as pessoas não estão a usar o [imperceptível 00:29:00], as pessoas não estão a usar este serviço, o que é que se pode fazer? O que é que nós



precisamos, enquanto Administração Pública, que a sociedade civil faça para incentivar ao uso destas tecnologias e destas aplicações? E depois, por outro lado então, reformulando também, eu penso que tem que haver um esforço e sei que é complicado, eu sei que estamos a falar da Administração Pública, mas tem que haver um esforço para que eu não chegue a um *site* e de imediato reconheça que é um *site* da Administração Pública, e depois chegar a um *site* que até fico a duvidar e ver o URL duas vezes para ver se aquilo é da Administração Pública ou não. Ou seja, há aqui uma falta de...

Daniel Santos: Consistência.

Jorge Gomes: Há aqui uma falta de uniformização daquilo que são os *sites* da Administração Pública, de maneira a que eu tenha uma confiança visual, assim que lá chego, de que aquilo se trata dum *site* oficial.

Daniel Santos: Muito bem. À semelhança, por exemplo, há no Reino Unido e noutros países. Muito bem, muito obrigado pelos contributos. Tenho informação que o João já está de volta e se não se importarem então vamos então retomar a apresentação do João e passar-lhe a palavra, e depois voltaremos a esta tónica... ó Jorge desculpa nós fazermos já esta, nós queremos de facto os contributos mas é contributos a olhar precisamente como é que nós podemos diagnosticar estes problemas que tu muito bem apresentaste? Muito obrigado, vamos estão a ver a apresentação já?

Sérgio Belo: Sim.

Daniel Santos: OK. Força João.

João Curado Silva: Muito bem, obrigado Daniel. Eu peço-vos desculpa, mas o meu computador realmente falhou, foi-se abaixo, tive que ligar tudo novamente. Então vou retomar aqui o sítio onde eu fiquei, começando aqui por falar no portal dados.gov, ele existe desde dois mil e onze, tem sido alvo de muitas melhorias, neste momento ele funciona como serviço público de publicação de dados e também funciona como portal de indexação para outros portais, catálogos de dados abertos sectoriais, nomeadamente por exemplo, o exemplo da saúde, da justiça, do ambiente ou locais como é o caso de sucesso que é a Câmara Municipal de Lisboa, talvez seja um dos maiores casos de sucesso de dados abertos em Portugal que tem o seu próprio portal de dados aberto inclusive. Esta plataforma que está na base e na génese do portal dados.gov ela é criada em código *open source* e continua a ser essa a nossa estratégia, ou seja, trabalhar muito com base em código de *open source* quer para a parte do *analytics* quer para a parte da visualização. Estes temas obviamente eles colidem com o tema da



transparência, com o tema da informação, confiança e responsabilidade na administração pública e também no setor privado, já vamos falar nisso mais à frente, e têm como princípio o princípio *come as you are*, ou seja cada entidade, cada utilizador é convidado a providenciar os dados exatamente como quiser, desde que obviamente partilhe dados confidenciais e pessoais. Daniel se pudeses passar para o slide seguinte?

Daniel Santos: Sim.

João Curado Silva: Não... não... ah. Não está a passar.

Daniel Santos: Já passou?

João Curado Silva: Não. Agora sim. Pronto partilhar aqui um pouco convosco alguns indicadores estatísticos relacionados com o portal dados.gov, os principais nós temos cerca de dois mil trezentos e quarenta e um *data sets* neste momento, mais de mil utilizadores, e temos quase cem organizações. Slide seguinte Daniel por favor.

Daniel Santos: Sim. Já passou João.

João Curado Silva: Sim, exatamente. Pronto, continuando aqui no tema das estatísticas vou partilhar convosco alguns dados interessantes, nomeadamente as geografias de onde nos chegam os utilizadores ou quem consulta o nosso portal, nós temos cerca de setenta por cento dos utilizadores que vêm da Europa, dezoito por cento dos Estados Unidos e dez por cento do Brasil e os restantes de outras partes do mundo. Estes dados surpreenderam-nos, surpreenderam-nos quando nós fizemos estas análises, mas isto deve-se principalmente a dois fatores. Basicamente são muitos *data sets* são legíveis por máquinas e essas máquinas podem estar sediadas em qualquer parte do mundo, e os Estados Unidos nós sabemos que têm grande interesse nestes temas, o Brasil a mesma coisa. E depois há outro tema que tem a ver com o tema da *cloud*, hoje em dia é mais difícil distinguir muitas vezes a origem, onde é que está exatamente o utilizador, o que pode levar aqui a algumas dificuldades em termos de interpretação desta informação. A maioria das pessoas acedem ao nosso portal através do computador, trinta e um por cento já através de telemóvel e três por cento através de *tablet*. Nos últimos dois anos nós tivemos cento e vinte mil visitas e no último ano tivemos sessenta e cinco mil visitas. O tempo médio por visita são cerca de seis minutos. Vamos passar para o slide seguinte, mas podes passar, podes passar Daniel.

Daniel Santos: Sim.



João Curado Silva: Falar-vos um pouco também com a ligação que temos, a ligação [falha na gravação 00:34:03], obviamente que o portal europeu de dados abertos que é o portal que tem *data sets* da europa, dos países da União Europeia e não só, estamos... temos trinta e seis países representados, cerca de oitenta e um catálogos de dados e mais de um milhão de *data sets* sobre os temas mais diversos, como energia, como o ambiente, justiça, vários temas bastante interessantes e que também estão muito alinhados com os temas que nós abordamos no nosso portal interno. Podes passar por favor Daniel?

Daniel Santos: Sim. Eu acho que estás com algum *lag* João, que eu já passei, já passei sim.

João Curado Silva: Ah então sou eu, então sou eu, ok. Muito bem, pronto dizer-vos que a nossa estratégia está obviamente orientada com outras estratégias nacionais, nomeadamente por exemplo o programa Portugal digital que também fala sobre o tema dos dados abertos, o problema... o programa para a estratégia para o estado e administração pública sobre a inovação e modernização, o CETIC que foi reativado muito recentemente, a estratégia *cloud* por exemplo, a estratégia nacional para dados abertos...

Daniel Santos: Peço... ó João desculpa interromper...

João Curado Silva: Sim, sim, sim.

Daniel Santos: Desculpa interromper-te, quero só dizer que o CETIC pra quem... quem nos estiver a ver e a ouvir e não saiba o que é o CETIC?

João Curado Silva: O CETIC... o CETIC basicamente é uma, é algo criado em termos de *governance* para a estratégia, para a transformação digital. E basicamente é um programa que existiu até dois mil e vinte e que agora estava numa fase de reprogramação digamos assim em termos estratégicos e basicamente ele é orientado segundo um conjunto de eixos e conjunto de medidas que vêm facilitar a transformação digital em Portugal. Pronto, e basicamente um dos eixos é exatamente tem a ver com transparência, tem a ver com a distribuição de dados abertos e por aí fora. Está bem? Eu depois posso partilhar inclusive o documento oficial para quem não tenha acesso, está bem?

Daniel Santos: Obrigada, sim. Sim, obrigado.

João Curado Silva: Eu estou aqui realmente com algum atraso, que não estou a ver o slide seguinte ainda.

Daniel Santos: Já passou os benefícios da abertura dos dados.



João Curado Silva: Muito bem. Pronto os benefícios como vocês sabem são imensos, eu vou falar apenas de alguns, vocês estão muito alinhados certamente com quase todos, tem a ver com a transparência, com a promoção da democracia, com a participação e colaboração, uma maior eficiência de serviços governamentais e serviços públicos e a própria medição do impacto dessas mesmas políticas que hoje em dia nós sabemos que está num estado de maturidade que se calhar não nos satisfaz a todos. Os dados abertos também promovem, servem para promover a inovação e servem para gerar benefícios sociais e económicos significativos. Servem para gerar conhecimento científico e não só e gerar, obviamente desenvolvimento para a sociedade. Servem para reunir evidências, para formulação de políticas de futuro melhor informadas e sustentadas obviamente, e melhor ajustadas, e alcançar impactos sociais e económicos significativos. Se puderes avançar Daniel por favor.

Daniel Santos: Já passou João.

João Curado Silva: Muito bem, alguns exemplos sobre o benefício da abertura dos dados por exemplo na criação de serviços públicos mais inovadores digitais que possam ser feitos obviamente à distância, podem poupar tempo para os cidadãos, para as entidades públicas, geram benefícios óbvios para o ambiente porque as pessoas deixam por exemplo de utilizar transportes públicos ou o seu próprio carro para se deslocar para fazerem os serviços. Menos papel utilizado, melhores decisões, sustentabilidade e eficiência energética e ganhos para o ambiente que já falei no ponto anterior. Novos empregos criados, redução de custos para o sector público e estes custos podem ser custos de infraestrutura, podem ser custos relacionados com recursos humanos para a parte por exemplo do tratamento estatístico, analítico e de visualização de dados. Ganhos de eficiência e ganhos de produtividade para o sector público e para o sector privado, desenvolvimento de tecnologia e etc. Obviamente que estas estimativas são feitas de acordo com vários critérios, nós temos aqui um exemplo de estimativas feitas sobre dados gerados pela economia europeia de dados que sublinham que o potencial e o livre fluxo de dados que têm para o crescimento económico em toda a europa até dois mil e vinte era de cerca de setecentos e trinta e nove biliões de euros, corresponde a quatro por cento do PIB da União Europeia, ou seja, estamos a falar de valores muito, muito elevados para o conjunto de países da União Europeia e obviamente Portugal não é exceção também. Vou-te pedir para passar para o slide seguinte por favor Daniel.

Daniel Santos: OK.



João Curado Silva: Pronto, falar-vos um pouco da nossa estratégia tal como prometido no início, ligado aos temas de dados abertos e ao portal nacional de dados abertos. Alicerça-se esta estratégia basicamente em dois grandes eixos, é a transposição da diretiva de dois mil e dezanove/mil e vinte e quatro que é uma nova diretiva da União Europeia para as informações detidas pelo Estado e pelo sector público serem disponibilizadas de forma aberta a partir do portal de dados abertos de cada estado-membro, neste caso a partir do portal dados.gov.pt. Esta diretiva fala de vários aspetos, eu queria sublinhar aqui o tema dos dados em *real time*, com a possibilidade de fazer *analytics* também *real time*. Obviamente, através de meios técnicos adequados com garantia de estabilidade e fiabilidade desses mesmos dados, soluções que possam ser inovadoras e facilitadoras e aceleradoras da disponibilização de *data sets* de visualização e reutilização de dados abertos em Portugal, e fomentar o crescimento de *data sets* que sejam legíveis por máquina, possam ser fornecidos sob a forma de descarregamento em bloco e acessíveis através de API com qualidade e atualização permanente. Aqui também é importante sublinhar o aspeto da definição de *standard* para metadados, que tem a ver com a qualidade e estruturação no que diz respeito à disponibilização deste tipo de informação para os próprios consumidores finais destes mesmos dados. Eu aqui gostava de dar o exemplo por exemplo das API da Google que obviamente são extremamente fiáveis em termos de qualidade de dados e a nível de atualização de dados, e essa também é a nossa meta, o nosso desafio, é também nós conseguirmos quando implementamos este tipo de soluções nós podemos também obviamente oferecer à comunidade de reutilização de dados abertos em Portugal e quem vai construir por exemplo aplicações sobre esses dados, garantias de fiabilidade, estabilidade e atualização de dados. Continuando aqui sobre os benefícios, criar mecanismos também técnicos de gestão de *feedback* dos utilizadores e gestão da comunidade que neste momento ainda não existem ou os que existem são muito poucos. Promoção de uma cultura de transparência *data driven* através dos dados abertos. A avaliação do impacto da abertura de dados na sociedade, quer impacto económico quer impacto social, e eliminar barreiras a uma ampla reutilização de informações obtidas com fundos públicos. Aqui dar-vos o exemplo também que é um tema que nós nos queremos trabalhar, que é o tema dos dados provenientes de tecnologias emergentes, nomeadamente os IOT, dos *drones* e outras tecnologias emergentes, nomeadamente os dados que depois podem servir de treino para algoritmos de inteligência artificial. Podes avançar Daniel? Pronto, rapidamente há várias formas de publicar dados no



portal de dados abertos, carregar dados simplesmente, fazer *upload* de dados simplesmente, indexar através de um URL ou de uma API ou mecanismos mais evoluídos que é o caso por exemplo da câmara municipal de Lisboa que já tem o seu próprio portal de dados abertos e que faz através de um *harvester* basicamente que é uma ligação que o dados.gov.pt tem com Lisboa aberta e que sempre que é atualizado dados no Lisboa aberta também são atualizados obviamente num portal de dados abertos. Eu estou a terminar praticamente a apresentação, não queria me alongar muito mais para não roubar tempo aqui à nossa sessão. Eu queria só aproveitar aqui para falar um tema que eu vi que o Luís Vidigal referiu que é o tema dos dados serem considerados dados mortos, não terem muita atualização que eu vi aqui no fórum. Nós estamos aqui com o portal de dados aberto desde o início deste ano e a nossa primeira visão foi exatamente estávamos muito em concordância com o tema aqui levantado pelo Luís. Eu só vos queria dar uma ideia de que as coisas não são tanto assim. Porque é que não são tanto assim? Porque quando... quando vamos para o portal de dados abertos nós vemos que há realmente dados que precisam de maior nível de atualização e estamos a trabalhar neste tema, mas cerca de setenta por cento dos *data sets* que estão disponibilizados em dados.gov.pt já vêm através de um *harvester*, ou seja já são atualizados permanentemente das suas entidades de origem. Ou seja, quando as suas entidades têm dados atualizados eles também já são atualizados no portal de dados abertos. Obviamente que nós queremos generalizar um bocadinho este nível de atualização para todos os *data sets* e há um caminho que temos que fazer, está bem? Agradecer aqui a vossa atenção à apresentação e Daniel podes continuar por favor.

Daniel Santos: Muito obrigada João, desculpa acelerar aqui no final. Claramente o primeiro fórum é um fórum que também vai servir para nós calibrarmos expectativas porque tínhamos a expectativa de demorar uma hora, portanto, vamos pedir às pessoas que nos próximos minutos participem e estamos disponíveis naturalmente para ficar pelo menos na equipa, eu e a Maria João ficamos mais um pouco a ouvir os participantes. Podem ir também participando via *chat* como o Luís Vidigal o está a fazer. Alguns colegas estão-se agora a juntar, sejam bem-vindos, entraram no momento certo, no momento que estamos a abrir o fórum à discussão. Já o Jorge Gomes da Vost, dos voluntários digitais portugueses, espero não estar a cometer uma incorreção, tinha participado antes com um contributo, dizer se seria necessário nós sabermos qual é a real utilização que há dos serviços públicos digitais e quais as causas que levam a esses números. Portanto a tônica que gostaríamos de vos deixar aqui era



precisamente esta de lançar desafios, lançar desafios em forma de problemas, em áreas que vocês consideram que são problemáticas na vossa relação com a administração pública. O Paulo, olá Paulo bem-vindo, coloca no *chat* a dizer que existe alguma maneira de requerer que certas instituições ou empresas sejam forçadas a publicar alguns dados de interesse público neste tipo de plataformas e torná-los dados abertos? Eu não estou, não estou equipado para poder lançar alguma resposta elucidativa...

João Curado Silva: Eu posso tentar responder Daniel.

Daniel Santos: A esse propósito. Mas força João.

João Curado Silva: Pronto, respondendo um bocadinho a essa questão. Isso tem muito a ver com a diretiva que eu vos falei, muito rapidamente na minha apresentação. Exatamente. Porque a diretiva visa exatamente ela ser transposta para a lei de cada estado-membro neste caso para lei portuguesa até...

Daniel Santos: Até vinte seis de dois mil e dezasseis, sim.

João Curado Silva: Não, não. Dois mil e vinte e um, estamos a falar de julho de dois mil e vinte e um. Ok? A transposição da diretiva tem de ser feita até julho de dois mil e vinte e um, ou seja, os países que, têm que acelerar o processo de criar aqui dinâmicas com as entidades para que elas possam ser, eu não gosto de usar a palavra obrigadas, mas elas fazer o cumprimento da transposição desta diretiva. Basicamente, as entidades não são todas obrigadas a providenciar dados. Estes dados estão identificados, a natureza destes dados, por exemplo dados sobre empresas, dados georreferenciados, dados geoespaciais, estamos a falar de dados que estão identificados mas, obviamente, o que nós queremos fazer em Portugal, e que vem um bocadinho à semelhança do que está a ser feito noutros estados-membros, é criar essa obrigação através de um mecanismo formal da lei, mas que crie obrigação das entidades de disponibilizarem estes conjuntos de *datasets* de elevado valor. E, obviamente, quando as entidades acharem que não os devem disponibilizar, elas então que possam sustentar a sua justificação, numa justificação que possa ser lida como aceite. Mas basicamente esta diretiva da União Europeia visa exatamente acelerar a disponibilização de uma forma obrigatória deste tipo de *datasets* considerados de elevado valor. Ok? É um mecanismo, se calhar, mais ágil que temos neste momento para dar seguimento a esta estratégia, está bem?

Daniel Santos: Muito bem. Muito obrigado João. Paulo, espero que tenhas achado a resposta satisfatória. Mas também ela é para ser um tema a ser revisitado. Aliás, já há o compromisso sete do



primeiro plano de ação, que apresentou bastantes desafios para ser concretizado, visava precisamente sobre alguns desses temas. Convido-te depois a veres o relatório, ou a parte da monitorização do site, o compromisso sete que visa sobre esta matéria. Eu creio que a Berenice tinha pedido a palavra, mas depois baixou a mão. Seria interessante ouvir, não sei se foi a Berenice. Temos, no entanto, o Rúben e o Jorge. Eu vou, se calhar, dar a palavra ao Rúben e depois passá-la ao Jorge. Rúben, bem-vindo. Estamos, estamos a ouvi-lo com algum problema no microfone. Não sei se sou só eu. Algum ruído. Não sei se poderá mudar de equipamento. Vocês estão a ouvir o Rúben bem? É que se vocês estiverem a ouvir o Rúben bem.

Sérgio Belo: Não, não. É um problema no microfone de Rúben. Ele deve estar com as colunas, mas o microfone não estará a funcionar.

Rúben Ferreira: Melhorou?

Sérgio Belo: Sim.

Daniel Santos: Agora sim. Obrigado Rúben. Sim, sim.

Rúben Ferreira: Ok. Agora sou eu que não estou a conseguir ouvir. É o normal. Mas se me conseguem ouvir bem, eu posso colocar a questão...

Daniel Santos: Sim, Sim.

Rúben Ferreira: E eram várias. E não são necessariamente questões, portanto é uma partilha mais aberta. Primeiro, trazer aqui para a discussão a diferenciação, ou uma preocupação, uma coisa é ter dados abertos, e isso é base de tudo, outra coisa é ter informação. E informação em si, ou seja, a capacidade que temos de mostrar a informação, e aquilo que nós somos enquanto administração, enquanto país, de forma linear e simples não é necessariamente apanágio, e isso deveria ser aqui uma preocupação. Há um exemplo que eu dou muito recorrente que é quase toda a informação e os dados em Portugal vêm do Instituto Nacional de Estatística, mas o PORDATA faz um trabalho muito mais interessante na informação dos cidadãos. Portanto, isto é uma conclusão ou uma preocupação minha. Depois, uma outra preocupação, em vez de mudança digital poderíamos falar de aceleração digital, ou seja, a mudança está a acontecer. A mudança em muitas áreas já aconteceu, portanto, tudo aquilo que possamos fazer já vamos, enquanto país e enquanto estado, enquanto administração, já vamos atrasados, portanto, acho que o desafio é mais como é que aceleramos essa mudança digital. Eventualmente, isso pode bater, e uma das preocupações aqui do próximo plano seria tentar perceber



como é que melhoramos e transformamos os processos de tomada de decisão, que isso tem um impacto imenso naquilo que é a mudança ou a aceleração digital. Depois, uma pequena provocação para o Sérgio. Um dos indexes da OCDE dizia, numa das suas avaliações, o último índice de dois mil e dezanove, dizia nos seis parâmetros avaliados há um que Portugal está muito atrás que é o *user-driven*. Ou seja, dos seis, Portugal nesse está bastante atrás. A minha provocação ao Sérgio seria nos selos, no bronze, colocar um requisito obrigatório de teste de soluções com utilizadores. Não utilizadores com necessidades especiais, deixar isso para o nível, eventualmente, deixar isso para o nível ouro, mas para a obtenção do selo mínimo, ou seja, o bronze, obrigar a testes com utilizadores. E o número aqui até pode ser, é sempre uma discussão muito grande com quanto utilizadores se deve testar, mas existem estudos inclusive da [impercetível 00:51:11] que o Sérgio falava do Nielsen Norman Group que dizem que a partir de cinco utilizadores encontramos noventa por cento dos problemas. Pode ser um número muito interessante. É uma ideia mais avulso aproveitando aqui a participação do Sérgio, e também outras sobre os dados e a mudança digital numa ótica de aceleração.

Daniel Santos: Muito bem. Muito Obrigado Rúben. Dizer, o Sérgio naturalmente poderá responder com mais propriedade, mas eu creio que o selo bronze já exige que *haja* testes de usabilidade. Ou não, Sérgio?

Sérgio Belo: Não.

Daniel Santos: Não, ok.

Sérgio Belo: Não. Tinha a mão levantada porque eu antecipei a provocação que o Rúben ia fazer, vou baixar aqui só a mão para não induzir em erro. Não. Portanto, há aqui duas questões, a questão da aceleração que é a primeira abordada pelo Rúben e os aceleradores também já existem. Já existem os aceleradores, já existe o conceito de transformação, já existe o conceito de transição, tudo isso existe. O que às vezes escapa é o *mindset*, é o foco naquilo que é o produto final, aquilo que se pretende que a atuação pública apresente com o serviço público. E o foco no utilizador é crítico em todos os momentos, desde a criação, aí o Daniel poderá falar facilmente sobre isso, o desenho do serviço, o teste do serviço desenhado em prototipagem acompanhando as várias fases do processo, e depois não deixar parar e a seguir ir verificar, "Vamos lá ver se isto ainda continua útil ou se precisa aqui de algum ajuste já em produto". E a administração pública é muito má a gerir a transição de projeto para produto. É uma pequena nota. E também é má, isto é a minha opinião, ok? Não é a opinião da AMA.



Também é muito má a gerir a relação com os privados. E o que é que eu quero dizer com isto? Aquilo que o Rúben referiu de se calhar puxar os privados e trazer esse conhecimento é uma vantagem ótima, eu acho que isso é um bom ponto, um bom tópico para este fórum até que ponto é que podemos envolver os privados, o tecido empresarial português, que têm às vezes funções de qualidade e que estão ao virar da esquina, no fundo também no pensamento de documentos que são estratégicos, porque às vezes ficam um bocado de fora, e eu acho que temos também que mudar a mentalidade a esse nível. E eu penso que é sobretudo uma questão de *mindset* e de mudança desse *shift* de mentalidade para, que depois é transversal. Há uns anos atrás falávamos das quintinhas, a justiça era a justiça, o cartão do cidadão veio resolver uma série de problemas ao ser um [impercetível 00:53:48], ao agregar várias bases de dados, é um exemplo, não é? Temos de continuar nesse caminho. Em relação à provocação, é uma ótima provocação, é um ótimo desafio. O selo é muito recente, portanto estamos a falar de ainda nem um ano tem de existência, não é? Mas sim, já temos uma série de possibilidades em cima da mesa para uma versão dois ponto zero ou um ponto um quer [impercetível 00:54:15] do selo. E certamente tentaremos trazer os testes com utilizadores para o primeiro nível do selo porque acho que não podemos falar de foco no cidadão e depois deixá-lo para o final.

Daniel Santos: Sim, muito bem. Muito obrigado Rúben pela provocação e Sérgio pela resposta. Só dizer que o tema do fórum é a mudança tecnológica, não sei se muda alguma coisa na asserção que fez na mudança digital, mas acho que há, de facto, a nota de sermos mais eficientes no ponto de vista da tomada de decisões, centrando-a nos utilizadores e acelerar essa tomada de decisão é também um dos propósitos da ação da própria *Open Government Partnership* e da rede nacional de administração aberta, por isso também estarmos a promover estas iniciativas. Eu creio que a Maria Vento Belo tinha a mão levantada e depois baixou. Eu não sei se a resposta foi, entretanto, a pergunta foi entretanto respondida. Dizer-vos também que já levamos quatro minutos para além da hora. Nós podemos-nos manter e agradecer o vosso interesse em podermos manter mais algum minuto. Temos o Jorge gomes a pedir a palavra. Jorge.

Jorge Gomes: Ainda bem que se falou do Dados.gov. O Dados.gov para mim é uma grande demonstração de como podemos, podíamos ter um serviço excelente, e de abertura e transparência, e depois em termos dos conteúdos que tem, da maneira como eles estão estruturados, da maneira como a pesquisa está estruturada torna-se totalmente impossível de consultar. Nós desenvolvemos uma



dashboard com uma API que desenvolvemos nós, para fazer os dados de COVID, uma *dashboard* toda ela dedicada ao COVID, e para ter um ficheiro dos concelhos em Portugal tivemos que ir ao GitHub, a um particular porque os dados que existem nos Dados.gov não estão atualizados. Está lá um comentário desde abril, e que ninguém lhe pegou. Isto dá uma imagem da plataforma que não é de todo positiva. Depois para uma provocação para o Sérgio, pelos vistos o Sérgio está na berlinda, mas é assim, mais do que o tecido empresarial, eu penso que se *deviam de* olhar também para pessoas que, e para instituições, que sem ter qualquer tipo de interesse económico nos dados podem ajudar. Por exemplo, eu vou ter que aqui puxar a brasa à nossa sardinha, nós, desde dois mil e dezoito, que temos uma API que basicamente vai buscar dados do IPMA, dados do SNS, e os faculta todos tratados a toda a gente que os quer utilizar, porque nós também os utilizamos. E, portanto, desenvolvemos uma API em cinco dias, portanto, ou seja, há aqui uma grande flexibilidade de algumas organizações da sociedade civil, que não empresariais, de colaborar e estamos dispostos a colaborar. Portanto acho que, e agora, quase para fechar aqui um círculo o Dados.gov é um site que, em termos de *look and feel*, não tem nada a ver com administração pública, e eu nem pensava, soube hoje que fazia parte da administração pública, pensava que era um agregador de alguém, apesar URL ter gov.pt, mas eu pensava que era alguém que tinha desenvolvido aquilo. Portanto, acho que há aqui algumas provocações, mas também um estender de mão para ajudar se for necessário.

Sérgio Belo: Eu posso, posso passar?

Daniel Santos: Muito obrigado Jorge. Só dizer que a VOST é Voluntários Digitais em Situações de Emergência que eu há pouco disse mal o nome. O João tinha levantado a mão antes, Sérgio, não sei se o João ainda queria responder a alguma consideração anterior.

Sérgio Belo: É só porque a minha é rápida e a do João vai dar pano par mangas [risos].

Daniel Santos: Então vá, entendam-se lá.

Sérgio Belo: A minha é muito rápida. Nós já estamos habituados a isto nas reuniões da direção. A minha é muito rápida. É basicamente dizer que eu adoro provocações, obrigado Jorge. Só às vezes as provocações quando têm um fundo construtivo fazem-nos andar: Uma experiência digital, quando eu digo tecido privado nós já trabalhamos com a Academia, por exemplo, já trabalhamos com ONGs, na perspetiva da experiência digital, e até dos testes e do recrutamento de utilizadores e estar sempre em cima do acontecimento. A FCUL, por exemplo, está a trabalhar connosco no *access monitor*, nesta



versão nova que é o avaliador automático de acessibilidade do Citius web, só para dar um exemplo. Sim, a nossa mão, a nossa porta também está aberta. Também temos a mão estendida para dar *uma ganda passou bem* e falarmos, não há problema. A provocação, na verdade, era para o João, porque eu de dados... O João é que percebe, portanto eu vou passar a bola ao João.

Daniel Santos: [imperceptível 00:59:05] na caixa de chat, João. Se puderes depois dar um *apport* às intervenções tanto do Carlos Sousa como do Ricardo Pinto.

João Silva: Sim, Sim. E do Rúben também. E do Rúben também.

Daniel Santos: E do Rúben também. Então vá.

João Silva: Pronto, muito rapidamente. Em relação a intervenção do Rúben, nós estamos completamente de acordo. É assim, nós observamos o que o PORDATA faz com grande interesse, e concordamos plenamente. O que o PORDATA faz é um caso de referência, não só nacional como mundial. Agora, é importante eu pegar no caso do PORDATA para explicar que nada tem a ver com dados abertos ok? É assim, o que o PORDATA faz, faz estatísticas, providencia ficheiros nomeadamente em Excel e monitorização sobre estatística geradas. E o princípio sobre dados abertos nada tem a ver com isto, ou seja, o que tem a ver com a reutilização destes dados abertos é que podem provocar essas estatísticas. E nós inclusive estamos a trabalhar em soluções que permitam os utilizadores gerar essas estatísticas à semelhança do que, do produto final que é o PORDATA. Em relação às outras questões, é assim, eu acho que é um sinal de inteligência concordar com elas. Porquê? Porque, porque... Eu vou referir dois aspetos que são, acho que explicam tudo. Um tem a ver com o facto dos relatórios do *open data maturity*, por exemplo, e da OCDE referirem, por exemplo, que em Portugal nem sequer é reconhecido pelo governo português que os dados os dados abertos são um fator estratégico e importante. E até ao ano passado não eram reconhecidos como um fator estratégico e importante, e isto normalmente reflete-se em orçamentos para gerir o próprio portal de dados abertos. Quer, por exemplo, manutenção evolutiva e corretiva, para falar aqui de alguns erros que já algumas pessoas falaram, quer depois para a implementação de estratégias. Nós, este ano, conseguimos ter orçamento para desenvolver algumas atividades. Vamos começar precisamente agora nessa estratégia, e como eu estava a dizer, é um sinal de inteligência reconhecer, além de reconhecer esses erros, reconhecer que há muita coisa para fazer no portal nomeadamente há aqui que criar um conjunto de soluções que possam inclusive monitorizar o feedback dos utilizadores de uma forma mais ágil e de forma a também



evitar também tantos erros no portal e, obviamente, para dar aqui uma credibilidade maior aos utilizadores. E aqui, e aceitar o vosso desafio também para aceitar as vossas ajudas, todas as ajudas são, obviamente, bem-vindas. E nós agora que vamos iniciar um novo plano estratégico queremos ouvir, e queremos perceber, obviamente vocês que utilizam o portal, quais são as principais dificuldades que vocês têm, também para avançarmos em conjunto para tratar exatamente esses mesmos pontos. Está bem?

Daniel Santos: Muito bem. Muito obrigado João. E muito obrigado pelo apelo e pela participação de todos. Vamos em dez minutos para além da hora, mas de forma impressionante mantém as mesmas pessoas que estavam lá no início estão quase todas online. É um sinal e um indicador de interesse na conversa, mas como nós respeitamos também o tempo de todos, e como o Sérgio e o João acabaram de dizer já estão a ficar retidos para outra atividade que dão a seguir, resta-nos em nome da Rede Nacional da Administração Aberta, da OGP Portugal e também da AMA agradecer a participação de todos. Se alguém quiser levantar a mão neste último minuto, se calhar, ainda damos essa oportunidade, mas creio que não. Creio que o essencial já foi dito. Agradecer à participação de todos e à colaboração de todos. Fazer novo apelo para que preencham o inquérito que está no portal da OGP, onde poderão dar alguns desses contributos de forma mais estruturada e também, já agora, para se registarem na nossa lista de distribuição para poderem ser envolvidos. É essencial nós criarmos esta *pool* de cidadãos ativa e interessada e participativa, para que também, já agora, o Luís Vidigal que estava aqui dizia e ainda disse no último webinar, Portugal tem índice de participação cívica baixo, mas que através da OGP nós possamos contrariar um pouco essa tendência e aumentar também os benefícios que todas as partes envolvidas têm na participação pública. O Rúben levantou a mão. Rúben, eu vou-lhe dar a palavra, mas mais trinta segundos literalmente.

Rúben Ferreira: [impercetível 01:03:22]

Daniel Santos: Acho que vai ter de trocar de microfone outra vez. Rúben, peço desculpa.

Rúben Ferreira: Consegues-me ouvir agora? Menos que isso Daniel. Só casar com o tema dados abertos sempre informação aberta. Não desligar os dois porque senão é conversa *techi* e para o cidadão serve de pouco.

Daniel Santos: Muito bem. Excelente nota. De facto, eu acrescentaria a seguir que a seguir à informação há conhecimento aberto. E um dos objetivos da OGP é precisamente caminhar para criar



esta sociedade, ou ajudar a criar esta sociedade de conhecimento aberto. Uma vez mais obrigado pela excelente nota final, Rúben. Muito obrigado. E até breve. Recordar que temos também mais dois fóruns, um para dia nove às três da tarde e outro para dia onze às três da tarde. Inscrevam-se, se ainda não foi o caso, e ajudem a passar a palavra, precisamos mesmo de vocês e precisamos mesmo que nos ajudem a identificar outros *early adopters* outros cidadãos pró-ativos como vocês. Um grande bem-haja e até breve.

Sérgio Belo: Obrigado a todos, boa tarde. Boa tarde. Boa tarde Daniel.

João Silva: Muito obrigado a todos. Muito obrigado.

Daniel Santos: Obrigada Sérgio. Obrigado João.

Maria João: Obrigada, boa tarde.

Daniel Santos: Obrigado Maria João.

[01:04:43] FIM DA GRAVAÇÃO

